



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING IMPRESSO**

**05/07/2012**

# INDICE

---

1. JORNAL A TARDE	
1.1. DESEMBARGADORES.....	1
1.2. PRESIDÊNCIA.....	2 - 3
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. AÇÕES TJMA.....	4
3. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
3.1. PRESIDÊNCIA.....	5 - 6
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
4.1. DESEMBARGADORES.....	7
4.2. PRESIDÊNCIA.....	8
4.3. SEM ASSUNTO.....	9 - 10
5. JORNAL EXTRA	
5.1. AÇÕES TJMA.....	11
6. JORNAL O DEBATE	
6.1. PRESIDÊNCIA.....	12
7. JORNAL O IMPARCIAL	
7.1. DECISÕES.....	13
8. JORNAL O QUARTO PODER	
8.1. PRESIDÊNCIA.....	14
9. JORNAL PEQUENO	
9.1. AÇÕES TJMA.....	15 - 16
9.2. EXECUÇÃO PENAL.....	17
9.3. PRESIDÊNCIA.....	18

... O presidente da OAB/MA, Mário Macieira, esclarece que a reunião do Conselho para votar a lista sêxtupla com os nomes de advogados que concorrem à vaga de desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão pelo 5º constitucional ainda será posteriormente marcada para essa finalidade...

... No dia 19, no entanto, acontece reunião ordinária do Conselho Seccional durante a qual essa matéria não entrará em pauta...

... Nesta terça-feira, segundo Mário Macieira, aconteceu a reunião da Diretoria da OAB que teve outros pontos de pauta a análise dos pedidos de inscrição no quinto para fins de deferimento ou indeferimento, vez que na forma do art. 8º do Provimento 102, do Conselho Federal, o ato de deferimento e indeferimento é competência da diretoria, sujeito a recurso perante o Conselho Seccional...

... Contudo, a análise prévia dos pedidos de inscrição indicou a necessidade de que todos os 20 candidatos fossem notificados para suprir a falta de alguns documentos considerados essenciais para a prova dos requisitos de inscrição, tal como estabelecido no art. 6º do mesmo provimento 102...

... Assim, ressalta o presidente da Ordem que a reunião ordinária do Conselho está previamente agendada para o dia 19 de julho e tem sua data mantida...

... Macieira informa, ainda, que a sessão para julgamento de recursos e impugnações, apresentação e sabatina dos candidatos e votação da lista será especialmente convocada para esse fim, tão logo cumpridas as diligências, publicada o Edital com a lista de candidaturas deferidas e indeferidas e decorrido o prazo para impugnações e recursos.

## Presidente da OAB nacional vem a São Luís



⇒ OAB e ASPEM pedem prioridade no julgamento do ADIN que trata dos honorários de procuradores

Pág. 3

# Presidente da OAB nacional vem a São Luís

OAB e ASPEM pedem prioridade no julgamento do ADIN que trata dos honorários de procuradores



O presidente nacional da OAB, Ophir Cavalcante, vem a São Luís no próximo dia 11 para sustentação oral, no Tribunal de Justiça (TJMA), no julgamento de Adin (Ação Direta de Inconstitucionalidade) contra artigo da Lei Orgânica da PGE que regulamenta o pagamento de honorários de sucumbência nos casos em que o Estado

é vencedor da causa. A informação foi confirmada ao presidente do TJMA, desembargador Guerreiro Júnior, pela diretoria da seccional da OAB e da Associação dos Procuradores do Estado (Aspem).

Ophir Cavalcante falará ao Pleno do Tribunal, em sessão jurisdicional, logo após o encerramento dos processos

extra pauta. O acordo foi selado após pedido do presidente da OAB-MA, Mário Macieira, a Guerreiro Júnior, para preferência no julgamento do processo, em razão de outros compromissos de Cavalcante na mesma data.

Segundo Macieira, embora a OAB nacional e sua seccional não sejam partes nesse processo, têm representatividade para se manifestar nos autos em casos de controle de constitucionalidade.

O presidente da Aspem, Daniel Blume, informou que o julgamento da Adin estava na pauta da sessão jurisdicional anterior, mas foi adiado, a pedido da associação, para que fosse possível ao presidente da OAB fazer a defesa em banca da causa, em favor dos procuradores do Estado.

A presença do presidente da OAB federal na sustentação de processo julgado pela Corte estadual é fato inédito

no Estado, nos últimos vinte anos, informou a vice-presidente da OAB-MA, Valéria Lauande.

Segundo a Aspem, o Maranhão possui 62 procuradores em atividade, três deles atuando no interior - Imperatriz (2), Caxias (1), Bacabal.

Nas sessões plenárias o TJMA julga, antes da pauta principal, os processos relativos a habeas corpus, embargos e agravos. Em seguida, por entendimento do colegiado, vêm os processos adiados na última sessão.

ADIN - A ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 30721/2010 foi requerida pelo Ministério Público do Maranhão contra o artigo 91 da Lei Complementar Estadual Nº 20/94 (Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Estado), com redação dada pela Lei Complementar Nº 65/2003.



## 7ª Vara Cível suspende atendimento até sexta-feira

➤ O juiz Alexandre Lopes de Abreu, titular da 7ª Vara Cível da Capital, baixou uma Portaria na qual determina a suspensão do atendimento na unidade judicial no período de 2 a 6 de julho. Além do atendimento, os prazos e as audiências marcadas para o período também estão suspensas. Um dos motivos alegados é a mudança das instalações da Vara para o novo prédio do Fórum Desembargador Sarney Costa. Entre outras considerações, o juiz levou em conta o grande número de processos do acervo necessitando de transporte, localização e demais atos necessários para o regular andamento processual. Ele destacou, ainda, que 60% do acervo do gabinete são de processos conclusos há mais de 100 dias.

02

OPINIÃO

## Presidente da OAB nacional vem a SL dia 11

O presidente nacional da OAB, Ophir Cavalcante, vem a São Luís dia 11 para sustentação oral, no Tribunal de Justiça (TJMA), no julgamento de Adin (Ação Direta de Inconstitucionalidade) contra artigo da Lei Orgânica da PGE que regulamenta o pagamento de honorários de sucumbência nos casos em que o Estado é vencedor da causa. A informação foi confirmada ao presidente do TJMA, desembargador Guerreiro Júnior, pela diretoria da seccional da OAB e da Associação dos Procuradores do Estado (Aspem).

JULGAMENTO DE ADIN

## Presidente da OAB nacional vem a SL dia 11



### OAB e ASPEM pedem prioridade no julgamento da ADIN que tra ta dos honorários

O presidente nacional da OAB, Ophir Cavalcante, vem a São Luís dia 11 para sustentação oral, no Tribunal de Justiça (TJMA), no julgamento de Adin (Ação Direta de Inconstitucionalidade) contra artigo da Lei Orgânica da PGE que regulamenta o pagamento de honorários de sucumbência nos casos em que o Estado é vencedor da causa. A informação foi confirmada ao presidente do TJMA, desembargador Guerreiro Júnior, pela diretoria da seccional da OAB e da Associação dos Procuradores do Estado (Aspem).

Ophir Cavalcante falará ao Pleno do Tribunal, em sessão jurisdicional, logo após o encerramento dos processos extra pauta. O acordo foi selado após pedido do presidente da OAB-MA, Mário Macieira, a Guerreiro Júnior, para preferência no julgamento do processo, em razão de outros compromissos de Cavalcante na mesma data.

Segundo Macieira, embora a OAB nacional e sua seccional não sejam partes nesse processo, têm representatividade para se manifestar nos autos em casos de controle de constitucionalidade.

O presidente da Aspem, Da-

niel Blume, informou que o julgamento da Adin estava na pauta da sessão jurisdicional anterior, mas foi adiado, a pedido da associação, para que fosse possível ao presidente da OAB fazer a defesa em banca da causa, em favor dos procuradores do Estado.

A presença do presidente da OAB federal na sustentação de processo julgado pela Corte estadual é fato inédito no Estado, nos últimos vinte anos, informou a vice-presidente da OAB-MA, Valéria Lauande.

Segundo a Aspem, o Maranhão possui 62 procuradores em atividade, três deles atuando no interior.

Nas sessões plenárias o TJMA julga, antes da pauta principal, os processos relativos a habeas corpus, embargos e agravos. Em seguida, por entendimento do colegiado, vêm os processos adiados na última sessão.

ADIN - A ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 30721/2010 foi requerida pelo Ministério Público do Maranhão contra o artigo 91 da Lei Complementar Estadual Nº 20/94 (Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Estado), com redação dada pela Lei Complementar Nº 65/2003.



- **Os juízes** Ailton Castro, Diva Maria Barros, Lucas Ribeiro, Luís Belchior e Kátia Coelho comporão o quorum no plenário das câmaras Reunidas e Isoladas do TJ.

# Presidente da OAB nacional vem a São Luís

## Ophir Cavalcante fará sustentação oral no Tribunal de Justiça no julgamento de Adin contra artigo da Lei Orgânica da PGE

O presidente nacional da OAB, Ophir Cavalcante, vem a São Luís dia 11 para sustentação oral, no Tribunal de Justiça (TJMA), no julgamento de Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) contra artigo da Lei Orgânica da PGE que regulamenta o pagamento de honorários de sucumbência nos casos em que o Estado é vencedor da causa. A informação foi confirmada ao presidente do TJMA, desembargador Guerreiro Júnior, pela diretoria da seccional da OAB e da Associação dos Procuradores do Estado (Aspem).

Ophir Cavalcante falará ao Pleno do Tribunal, em sessão jurisdicional, logo após o encerramento dos processos extra pauta. O acordo foi selado após pedido do presidente da OAB-MA, Mário Macieira, Guerreiro Júnior, para preferência no julgamento do processo, em razão de outros compromissos de Cavalcante na mesma data.

Segundo Macieira, embora a OAB nacional e sua seccional não sejam partes nesse processo, têm representatividade para se manifestar nos autos em casos de controle de constitucionalidade.

O presidente da Aspem, Daniel Blume, informou que o jul-

gamento da Adin estava na pauta da sessão jurisdicional anterior, mas foi adiado, a pedido da associação, para que fosse possível ao presidente da OAB fazer a defesa em banca da causa, em favor dos procuradores do Estado.

A presença do presidente da OAB federal na sustentação de processo julgado pela Corte estadual é fato inédito no estado, nos últimos 20 anos, informou a vice-presidente da OAB-MA, Valéria Lauande.

Segundo a Aspem, o Maranhão tem 62 procuradores em atividade, três deles atuando no interior – Imperatriz, Caxias e Bacabal.

Nas sessões plenárias o TJMA julga, antes da pauta principal, os processos relativos a habeas corpus, embargos e agravos. Em seguida, por entendimento do colegiado, vêm os processos adiados na última sessão.

**Adin** - A Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 30721/2010 foi requerida pelo Ministério Público do Maranhão contra o artigo 91 da Lei Complementar Estadual Nº 20/94 (Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Estado), com redação dada pela Lei Complementar Nº 65/2003.

## Rápida

### Treinamento

**BACABAL** - Durante três dias, os servidores do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Codó participaram de treinamento sobre o processo eletrônico, o Projudi. Todos os detalhes do sistema foram repassados

à equipe pela servidora Patrícia Katiúscia Mendes Monteiro, do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais, da Corregedoria Geral da Justiça. Foram repassadas aos servidores todas as informações necessárias para que eles possam atuar com o

processo eletrônico, o Projudi. Desde o cadastro de advogados, passando pela divisão de tarefas dos servidores, atividades de secretaria até a sentença, os servidores tiveram a visão completa do processo eletrônico, da sua rotina de movimentação.

## Banco de dados

O Conselho Nacional de Justiça está debruçado sobre a proposta de criação de um banco de dados para tornar mais ágil o processo de expulsão de estrangeiros, presos no Brasil. O sistema será alimentado pelas polícias Federal e dos estados, envolvendo ainda juízes, membros do Ministério da Justiça e do CNJ.

Eles terão informações detalhadas desde o momento da prisão, até a expulsão. Dados divulgados pela Corregedoria Nacional do CNJ apontam que, de 2008 a 2012, foram instaurados 3.978 processos de expulsão de estrangeiros do país, de 109 nacionalidades, sendo efetivadas 1.511 expulsões.



## 7ª Vara Cível suspende atendimento até sexta-feira

O juiz Alexandre Lopes de Abreu, titular da 7ª Vara Cível da Capital, baixou uma portaria na qual determina a suspensão do atendimento na unidade judicial no período de 2 a 6 de julho. Além do atendimento, os prazos e as audiências marcadas para o período também estão suspensas. Um dos motivos alegados é a mudança das instalações da Vara para o novo prédio do Fórum Desembargador Sarney Costa.

Entre outras considerações, o juiz levou em conta o grande número de processos do acervo ne-

cessitando de transporte, localização e demais atos necessários para o regular andamento processual. Ele destacou, ainda, que 60% do acervo do gabinete são de processos conclusos há mais de 100 dias.

Na portaria é ressaltada a necessidade de cumprimento das metas 2, com o julgamento de todos os processos distribuídos até dezembro de 2006, e 3, que propõe a redução em pelo menos 10% do acervo de processos na fase de cumprimento ou execução e em 20% o acervo de execuções fiscais.

### **Presidente da OAB nacional em São Luís (I)**

O presidente nacional da OAB, Ophir Cavalcante, vem a São Luís dia 11 para sustentação oral, no Tribunal de Justiça (TJMA), no julgamento de Adin (Ação Direta de Inconstitucionalidade) contra artigo da Lei Orgânica da PGE que regulamenta o pagamento de honorários de sucumbência nos casos em que o Estado é vencedor da causa. Ophir Cavalcante falará ao Pleno do Tribunal, em sessão jurisdicional, logo após o encerramento dos processos extra pauta. O acordo foi selado após pedido do presidente da OAB-MA, Mário Macieira, a Guerreiro Júnior, para preferência no julgamento do processo, em razão de outros compromissos de Cavalcante na mesma data.

### **Presidente da OAB nacional em São Luís (II)**

Segundo Macieira, embora a OAB nacional e sua seccional não sejam partes nesse processo, têm representatividade para se manifestar nos autos em casos de controle de constitucionalidade. O presidente da Aspem, Daniel Blume, informou que o julgamento da Adin estava na pauta da sessão jurisdicional anterior, mas foi adiado, a pedido da associação, para que fosse possível ao presidente da OAB fazer a defesa em banca da causa, em favor dos procuradores do Estado.

## ■ PEDRINHAS

# Estado tem que indenizar vítimas de rebelião

O estado do Maranhão foi condenado a pagar R\$ 80 mil de indenização por danos morais a duas servidoras estaduais que foram feitas reféns por presos, durante rebelião ocorrida em 29 de outubro de 2006, no Complexo Penitenciário de Pedrinhas. A decisão é da 2ª Câmara Cível do TJ, em julgamento de recurso necessário em sessão terça-feira (3).

As servidoras são auxiliares de serviços de saúde e de enfermagem, que trabalhavam em regime de plantão na Penitenciária. Elas alegaram que, durante a rebelião, foram tomadas como reféns por rebelados, sofrendo agressões físicas e verbais, recebendo chutes e golpes de facão, ficando uma delas gravemente ferida na cabeça.

Ao apreciar o recurso, o desembargador Marcelo Carvalho (relator) decidiu reformar a sentença e fixar o valor de R\$ 40 mil

para cada uma das servidoras, considerando que o Estado tem o dever de manter condições seguras de trabalho e a integridade física dos profissionais que estão sob sua guarda.

No entendimento de Carvalho, deve ser mantida a responsabilidade objetiva, que independe da demonstração de culpa ou de quem tenha sido a autoria das agressões, por ter sido o estado responsável por criar a situação propícia ao perigo, tendo falhado na prestação do serviço público. Marcelo Carvalho ressaltou que as lesões físicas sofridas pelas duas servidoras já são suficientes para caracterização do dano moral, correspondente à dor que vivenciaram no momento da rebelião e que ofendeu a dignidade das mesmas.

O voto foi acompanhado pelos desembargadores Vicente de Paula Castro e José Ribamar Fróz.



**11 de Julho**

## Presidente da OAB nacional vem a São Luís

O presidente nacional da OAB, Ophir Cavalcante, vem a São Luís dia 11 para sustentação oral, no Tribunal de Justiça (TJMA), no julgamento de Adin (Ação Direta de Inconstitucionalidade) contra artigo da Lei Orgânica da PGE que regulamenta o pagamento de honorários de sucumbência nos casos em que o Estado é vencedor da causa. A informação foi confirmada ao presidente do TJMA, desembargador Guerreiro Júnior, pela diretoria da seccional da OAB e da Associação dos Procuradores do Estado (Aspem).

Ophir Cavalcante falará ao Pleno do Tribunal, em sessão jurisdicional, logo após o encerramento dos processos extra pauta. O acordo foi selado após pedido do presidente da OAB-MA, Mário Macieira, a Guerreiro Júnior, para preferência no julgamento do processo, em razão de outros compromissos de Cavalcante na mesma data.

Segundo Macieira, embora a OAB nacional e sua seccional não sejam partes nesse processo, têm

representatividade para se manifestar nos autos em casos de controle de constitucionalidade.

O presidente da Aspem, Daniel Blume, informou que o julgamento da Adin estava na pauta da sessão jurisdicional anterior, mas foi adiado, a pedido da associação, para que fosse possível ao presidente da OAB fazer a defesa em banca da causa, em favor dos procuradores do Estado.

A presença do presidente da OAB federal na sustentação de processo julgado pela Corte estadual é fato inédito no Estado, nos últimos vinte anos, informou a vice-presidente da OAB-MA, Valéria Lauande.

Segundo a Aspem, o Maranhão possui 62 procuradores em atividade, três deles atuando no interior.

Nas sessões plenárias o TJMA julga, antes da pauta principal, os processos relativos a habeas corpus, embargos e agravos. Em seguida, por entendimento do colegiado, vêm os processos adiados na última sessão.



### ■ Atendimento suspenso

O juiz Alexandre Lopes de Abreu, titular da 7ª Vara Cível, baixou Portaria suspendendo o atendimento na unidade judicial até 6 de julho. Além do atendimento, estão suspensos os prazos e as audiências marcadas para o período.

Um dos motivos alegados é a mudança das instalações da Vara para o novo prédio do Fórum Desembargador Sarney Costa.

Entre outras considerações, o juiz levou em conta o grande número de processos do acervo necessitando de transporte, localização e demais atos necessários para o regular andamento processual. Ele destacou, ainda, que 60% do acervo do gabinete são de processos conclusos há mais de 100 dias.

❖❖ Portaria editada pela titular da Comarca de Buriti Bravo, juíza Flávia Pereira da Silva Barçante, suspende o atendimento do Poder Judiciário na Comarca nesta quinta (5) e sexta-feira.

❖❖ **No documento, a magistrada ressalta o feriado municipal alusivo à emancipação política da cidade, bem como o ponto facultativo do dia 6, decretado pela Prefeitura de Buriti Bravo em função das comemorações dos 81 anos de emancipação do município.**

❖❖ Ainda de acordo com o documento, nas datas os trabalhos forenses ficam limitados ao sistema de plantão.

# DPE e TJ ministram palestra a presos de justiça de Pedreiras

Os presos de justiça da Unidade Prisional de Ressocialização (UPR), de Pedreiras, participaram de ação realizada pela Defensoria Pública do Estado daquele município, em parceria com o Tribunal de Justiça do Maranhão. Eles receberam orientações sobre direitos e deveres previstos na Lei de Execução Penal (LEP). As palestras foram apresentadas pelo defensor público Wilson Braga da Costa Júnior, titular do Núcleo da DPE em Pedreiras, e pela juíza Ana Gabriela Costa Everton, titular da 2ª Vara da Comarca.

O evento contou com a participação do diretor da Unidade de Ressocialização de Pedreiras, Zacarias Trovão e de represen-

tantes da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac de Pedreiras). Na oportunidade, os apenados, reunidos no auditório da UPR, puderam conhecer um pouco mais sobre a possibilidade de concessão de benefícios.

"Como um órgão de execução penal, a Defensoria Pública tem todo o interesse de realizar atividades dessa natureza, reforçando o compromisso da instituição em sempre velar pela regular aplicação da Lei de Execução Penal", enfatizou Wilson Braga Júnior, acrescentando que desde a inauguração da Defensoria Regional

de Pedreiras as ações de assistência jurídica aos internos na região foram intensificadas.

O defensor público lembrou ainda que a DPE tem contribuído para amenizar as distorções do sistema, reduzindo as tensões dentro das unidades, ao promover o acompanhamento e análise dos processos com vistas à concessão de benefícios, dentre eles a progressão para regime aberto com prisão domiciliar e o livramento condicional. Durante a ação na UPR, o defensor Wilson Braga anunciou aos internos alguns benefícios concedidos pela Justiça, após requerimento da DPE.

"Essa ação é o início de uma parceria, que esperamos ser longa e promissora, entre a Defensoria Pública e o Poder Judiciário pela garantia dos direitos humanos dos reeducandos que cumprem pena na Unidade de Ressocialização de Pedreiras", concluiu.

DIVULGAÇÃO



**Wilson Braga da Costa Júnior participa de palestra em Pedreiras**

## Presidente da OAB visitará São Luís

O presidente nacional da OAB, Ophir Cavalcante, vem a São Luís dia 11 para sustentação oral, no Tribunal de Justiça (TJMA), no julgamento de Adin (Ação Direta de Inconstitucionalidade) contra artigo da Lei Orgânica da PGE que regulamenta o pagamento de honorários de sucumbência nos casos em que o Estado é vencedor da causa. A informação foi confirmada ao presidente do TJMA, desembargador Guerreiro Júnior, pela diretoria da seccional da OAB e da Associação dos Procuradores do Estado (Aspem).

Ophir Cavalcante falará ao Pleno do Tribunal, em sessão jurisdicional, logo após o encerramento dos processos extra pauta. O acordo foi selado após pedido do presidente da OAB-MA, Mário Macieira, a Guerreiro Júnior, para preferência no julgamento do processo, em razão de outros compromissos de Cavalcante na mesma data.

Segundo Macieira, embora a OAB nacional e sua seccional não sejam partes nesse processo, têm representatividade para se manifestar nos autos em casos de controle de constitucionalidade.

O presidente da Aspem, Daniel Blume, informou que o

julgamento da Adin estava na pauta da sessão jurisdicional anterior, mas foi adiado, a pedido da associação, para que fosse possível ao presidente da OAB fazer a defesa em banca da causa, em favor dos procuradores do Estado.

A presença do presidente da OAB federal na sustentação de processo julgado pela Corte estadual é fato inédito no Estado, nos últimos 20 anos, informou a vice-presidente da OAB-MA, Valéria Lauande.

Segundo a Aspem, o Maranhão possui 62 procuradores em atividade, três deles atuando no interior – Imperatriz (2), Caxias (1), Bacabal.

Nas sessões plenárias o TJMA julga, antes da pauta principal, os processos relativos a habeas corpus, embargos e agravos. Em seguida, por entendimento do colegiado, vem os processos adiados na última sessão.

Adin – A ação Direta de Inconstitucionalidade N° 30721/2010 foi requerida pelo Ministério Público do Maranhão contra o artigo 91 da Lei Complementar Estadual N° 20/94 (Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Estado), com redação dada pela Lei Complementar N° 65/2003.